



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Aprova as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 03, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde;

MINUTA CIB



- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.278, de 10 de dezembro de 2020, que aprova a atualização das regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.356, de 17 de março de 2021, que aprova alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.278, de 10 de dezembro de 2020, que aprova a atualização das regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.732, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.278, de 10 de dezembro de 2020, que aprova a atualização das regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.759, de 22 de março de 2022, que aprova alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.278, de 10 de dezembro de 2020, que aprova a atualização das regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 7.332, de 10 de dezembro de 2020, que atualiza as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 7.443, de 17 de março de 2021, que altera a Resolução SES/MG nº 7.332, de 10 de dezembro de 2020, que atualiza as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 8.027, de 16 de fevereiro de 2022, que altera a Resolução SES/MG nº 7.332, de 10 de dezembro de 2020, que atualiza as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 8.066, de 22 de março de 2022, que altera a Resolução SES/MG nº 7.332, de 10 de dezembro de 2020, que atualiza as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa UPA 24 horas do Estado de Minas Gerais;



- a necessidade de incremento no incentivo financeiro de custeio estadual repassado às Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Minas Gerais;
- a necessidade identificada de: (i) melhorar o acesso às informações e promover a cultura de gestão de custos nas UPAs 24h; (ii) instituir como prática a análise do impacto das políticas públicas, numa perspectiva de gestão dos investimentos realizados; (iii) manter a configuração da unidade por centro de custos, de forma padronizada e estruturada; (iv) otimizar a utilização de recursos com foco no aprimoramento dos processos de trabalho das UPAs 24h; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 293ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14 de fevereiro de 2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) para as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24h, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE
2023 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Dispõe sobre a implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 14 de fevereiro de 2023, que aprova as regras gerais para implantação, execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h e dá outras providências.

MINUTA CIB



RESOLVE:

Art. 1º - Incentivar a implantação o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), instituído pela Portaria GM/MS nº 55, de 10 de janeiro de 2018, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), nos termos desta Resolução.

§ 1º - O PNGC é uma estratégia do Ministério da Saúde a ser implementada com vistas a qualificar a gestão de custos e melhorar a eficiência na alocação e na gestão dos recursos financeiros das UPAs 24h. O Programa compreende um conjunto de ações que têm por finalidade a promoção da gestão de custos no âmbito do Sistema Único de Saúde, sendo uma importante ferramenta da gestão pública, essencialmente criada para suprir a ausência de informação de custo nas instituições públicas de saúde, exclusivamente as responsáveis pelas prestações de serviços finais ao usuário.

§ 2º - As ações a serem desenvolvidas no processo de implantação do PNGC deverão ser discutidas no âmbito do Comitê Gestor Regional de Urgência e Emergência que é caracterizado por ser um espaço formal de discussão e implementação das adequações permanentes do Sistema de Atenção Integral às Urgências, dentro das diretrizes estabelecidas pela Rede de Urgência e Emergência (RUE) estadual, conforme previsto na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.288, de 16 de março de 2016.

Art. 2º - O PNGC tem como objetivo específico fomentar a utilização de uma metodologia padronizada para o cálculo detalhado dos custos dos serviços prestados dos setores/unidades que compõem os estabelecimentos de saúde e, conseqüentemente, melhoria da gestão de recursos disponíveis.

§ 1º - Para atingir o objetivo disposto no artigo supracitado, são ofertadas capacitações e acompanhamento técnico presencial e/ou remoto, apoio integral na implementação e qualificação das informações em gestão de custos do Programa, bem como disponibilização e treinamento do uso do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURASUS).

§ 2º - O APURASUS é um sistema de informação desenvolvido pelo Ministério da Saúde para auxiliar no processo de apuração e gestão de custos em distintas Unidades de Saúde do SUS, de forma padronizada e estruturada.

§ 3º - As informações provenientes da utilização do APURASUS permitem:

MINUTA CIB



I - na perspectiva do usuário dos serviços de saúde, maior transparência na utilização dos recursos;

II - para as UPAs 24h, conhecer o custo total de cada um dos seus setores/unidades, a composição desses custos, bem como o custo médio dos serviços prestados; e

III - para os gestores, além de maior disponibilidade de informações qualificadas e estruturadas para uma análise conjunta ou individualizada do serviço ambulatorial, subsidia o processo de gestão dos recursos disponíveis.

Art. 3º - As disposições desta Resolução se aplicam às 67 (sessenta e sete) UPAs 24h dispostas no Anexo I e II desta Resolução.

§ 1º - A implantação do PNGC ocorrerá de maneira gradativa, a saber:

I - Primeiro ciclo, conforme anexo I;

II - Segundo ciclo, conforme anexo II;

§ 2º - O início do segundo ciclo fica condicionado a finalização das atividades do primeiro ciclo, conforme disponibilidade do Ministério da Saúde.

§ 3º - A adesão ao Projeto se dará por meio do preenchimento do Termo de Adesão padrão contido no Anexo III, conforme cronograma e orientações, específicas para cada eixo, observadas as seguintes considerações:

I - O termo de adesão deverá ser enviado diretamente pelo Município ao Ministério da Saúde, com cópia para a SES-MG, conforme orientações contidas nos Anexos III e IV;

II - O termo de adesão deve ser enviado, impreterivelmente, em até 10 (dez) dias após publicação desta Resolução;

III - O repasse do incentivo está condicionado à assinatura do Termo de Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou sistema similar, conforme cronograma de implementação disposto no anexo IV.

§ 4º - A progressão das etapas de cada ciclo ficará condicionada à finalização da etapa anterior, conforme disposto no Anexo IV.

§ 5º - Ao aderirem ao PNGC, os beneficiários (UPAs 24h) e suas correspondentes secretarias municipais de saúde, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 com redação dada pela Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019), concordam em conceder ao usuário holding SES-MG acesso a todas as informações geradas.



§ 6º - As informações disponibilizadas pelo sistema deverão estar disponíveis para análise do Comitê Gestor Regional de Urgência e Emergência.

Art. 4º - O valor do incentivo financeiro destinado à implantação do PNGC perfaz o montante de R\$2.680.000,00 (dois milhões seiscentos e oitenta mil reais) e correrá a conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.157.4461.0001 334141 10.1.

§ 1º - Fica estabelecido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cada UPA 24h, em quatro parcelas, sendo a primeira no ato da adesão e assinatura de Termo de Compromisso, e as outras três parcelas após cumprimento das metas, conforme monitoramento descrito no Anexo V.

§ 2º - O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários mediante a formalização de Termo de Compromisso no SiG-RES, ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 3º - Os instrumentos contratuais deverão ser assinados no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 4º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 5º - O incentivo financeiro de que trata o Art. 4º deverá ser aplicado pelas UPAs 24h para consecução dos objetivos do Projeto e será repassado através do Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), em observância ao Decreto nº 45.468, de 13 de setembro de 2010.

§ 1º - O recurso financeiro a ser repassado deverá ser recebido e movimentado em conta bancária específica do Programa UPA 24h.

§ 2º - Os municípios em que o PNGC já esteja implantado ou iniciado, farão jus ao incentivo financeiro de que trata o Art. 4º, sendo este disponibilizado em acordo ao cumprimento das etapas do cronograma dos demais municípios com projeto em fase de iniciação.



§ 3º - No caso de PNGC já implantado ou iniciado, fica facultada a participação no curso, entretanto, para receber as demais parcelas, é obrigatória a participação nas reuniões e demais ações com os beneficiários do ciclo.

Art. 6º – Os indicadores de monitoramento de desempenho, as etapas de implantação do PNGC e, conseqüente, cálculo das parcelas as quais as UPAs 24h fazem jus constam nos Anexos IV, V e VI.

§ 1º - As etapas de implantação serão monitoradas conforme cronograma detalhado no Anexo IV dessa Resolução e o resultado do monitoramento incidirá sobre os pagamentos.

§ 2º - Caso o beneficiário receba a primeira parcela do incentivo e não participe da Etapa 3 do anexo IV - “Participação no Curso Aplicado de Gestão de Custos” do programa, o recurso financeiro deverá ser devolvido ao FES.

§ 3º – O desempenho dos beneficiários no cumprimento dos indicadores e metas pactuados será acompanhado pelo SiG-RES, ou outro sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, observado o disposto na Resolução SES/MG nº 7.094/2020.

Art. 7º – Os beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010.

§ 1º – Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

§ 2º – O ente federado ou a instituição deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Art. 8º – As demais disposições contidas no Decreto Estadual nº 45.468/2010 e nas Resoluções SES/MG nº 4.606/2014 e 7.094/2020 deverão ser observadas.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 9º – Cabe aos Comitês Gestores Regionais de Urgência e Emergência o acompanhamento do desempenho dos beneficiários e a consecução dos objetivos do PNGC nas UPAs 24h, conforme diretrizes estabelecidas por esta Resolução.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

**ANEXOS I, II, III, IV, V E VI DA RESOLUÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 14 DE
FEVEREIRO DE 2023 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).**



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Rol de potenciais beneficiários por ciclo de implantação do PNGC UPA 24h

1º Ciclo de implantação

A) Beneficiários com PNGC iniciado antes da publicação desta Resolução

CNES	UPA 24h	Município	Tipo	Porte/ Opção	MACRO	MICRO
2126419	Unidade AI Nilda Nogueira do A Andrade Guanabara (Sede)	Betim	Ampliada	Opção V	Centro	Betim
9804145	UPA Dr. Manoel Aguiar - Norte	Betim	Nova	Opção VIII	Centro	Betim
2126133	UPA Teresópolis	Betim	Ampliada	Opção VIII	Centro	Betim
2126052	Unidade A I Alexandre Silva A Diniz Alterosas	Betim	Ampliada	Porte II	Centro	Betim
7498233	UPA Dr Juvenal Paiva	Sete Lagoas	Nova	Porte III	Centro	Sete Lagoas
2777347	UPA Dr. Alfredo Sabino de Freita	Conceição das Alagoas	Ampliada	Opção III	Triângulo do Sul	Uberaba
7093284	UPA Dr. Humberto Ferreira UPA Mirante	Uberaba	Nova	Porte III	Triângulo do Sul	Uberaba

B) Beneficiários com PNGC a iniciar no primeiro ciclo

CNES	UPA 24h	Município	Tipo	Porte/ Opção	MACRO	MICRO
6210902	UPA Centro Sul	Belo Horizonte	Ampliada	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
23051	UPA Nordeste	Belo Horizonte	Ampliada	Porte II	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
23582	UPA Venda Nova	Belo Horizonte	Ampliada	Opção	Centro	Belo Horizonte/



				VIII		Nova Lima/ Caeté
23310	UPA OESTE	Belo Horizonte	Ampliada	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
9068279	UPA Noroeste II HOB	Belo Horizonte	Nova	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
27618	UPA Leste	Belo Horizonte	Nova	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
22683	UPA Barreiro	Belo Horizonte	Ampliada	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
23272	UPA Norte	Belo Horizonte	Nova	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
6632858	UPA Acrízio De Menezes	Ribeirão Das Neves	Nova	Porte III	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
2181797	UPA Joanico Cirilo de Abreu	Ribeirão Das Neves	Ampliada	Opção II	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
7106548	UPA III 24h Padre Lazaro Pereira Crispim	Sabará	Nova	Porte III	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
2164175	UPA de São Benedito	Santa Luzia	Nova	Opção VIII	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
9079882	UPA Dr. José Adelson Pires Moreira	Nova Lima	Nova	Opção V	Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté
7076886	UPA Valdemar de Assis Barcelos	Brumadinho	Nova	Opção III	Centro	Betim
7533934	UPA Prefeito	Igarapé	Nova	Porte I	Centro	Betim



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

	Osvaldo Candido de Queiroz					
7061838	UPA 24h Tiago Cardoso Santos	Mateus Leme	Nova	Porte I	Centro	Betim
9127666	UPA Miguel Henrique Maia	São Joaquim de Bicas	Nova	Opção III	Centro	Betim
7818858	Nova UPA JK	Contagem	Nova	Opção VIII	Centro	Contagem
2189860	UPA Vargem das Flores UPA	Contagem	Nova	Opção V	Centro	Contagem
2190125	UPA Petrolândia UPA	Contagem	Ampliada	Opção III	Centro	Contagem
2189879	UPA Ressaca UPA	Contagem	Ampliada	Porte II	Centro	Contagem
2115786	UPA de Ibitiré	Ibitiré	Ampliada	Porte II	Centro	Contagem
5922313	UPA 24h Oldack Pinheiro de Rezende	Sarzedo	Ampliada	Opção III	Centro	Contagem
7469144	UPA 24h Padre Roberto Cordeiro Martins	Divinópolis	Nova	Porte III	Oeste	Divinopolis
9993908	UPA Luis Alberto Pinto Coelho	Barão de Cocais	Nova	Opção III	Centro	Itabira
7507631	UPA Celso Matos Silva	Itabirito	Nova	Porte I	Centro	Ouro Preto
2163489	UPA Dom Orione 24 HORAS	Ouro Preto	Nova	Opção III	Centro	Ouro Preto
2160137	UPA Antônio José dos Santos	Nova Serrana	Nova	Porte II	Oeste	Pará de Minas
5516641	UPA 24h	Pará de Minas	Ampliada	Opção V	Oeste	Pará de Minas
9389539	UPA 24h	Abaeté	Nova	Opção III	Centro	Sete Lagoas
7031882	UPA 24h Prefeito Luiz Issa	Vespasiano	Nova	Porte III	Centro	Vespasiano



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Rol de potenciais beneficiários por ciclo de implantação do PNGC UPA 24h

2º Ciclo de implantação

Beneficiários com PNGC a iniciar no segundo ciclo

CNES	UPA 24h	Município	Tipo	Porte/ Opção	MACRO	MICRO
7951604	UPA Congonhas	Congonhas	Nova	Opção V	Centro Sul	Congonhas
6798128	UPA São João Del Rei	São João Del Rei	Nova	Porte II	Centro Sul	São João Del Rei
7455038	UPA 24h	Governador Valadares	Nova	Porte III	Leste	Governador Valadares
6875343	UPA 24h	Teófilo Otoni	Nova	Porte III	Nordeste	Teófilo Otoni/ Malacacheta
7525427	UPA III	Patos de Minas	Nova	Porte III	Noroeste	Patos de Minas
7802951	UPA Adolpho Pereira de Rezende	Carmo do Paranaíba	Nova	Porte I	Noroeste	São Gotardo
9876332	UPA	João Pinheiro	Nova	Opção III	Noroeste	João Pinheiro
199419	UPA 24h Chiquinho Guimaraes	Montes Claros	Nova	Opção VIII	Norte	Montes Claros
9013245	UPA 24 h Novo Milenio	Francisco Sá	Ampliada	Opção III	Norte	Francisco Sá
9061681	UPA Arquiteclino Guimaraes	Salinas	Ampliada	Opção V	Norte	Salinas
7543913	UPA UPA	Campo Belo	Nova	Porte II	Oeste	Campo Belo
2168650	UPA de Formiga	Formiga	Nova	Opção III	Oeste	Formiga
7959079	UPA Geraldo Diniz Borges	Lagoa da Prata	Nova	Opção III	Oeste	Lagoa da Prata/ Sto Ant. Monte
7933401	UPA de Santo Antonio do Monte	Santo Antônio do Monte	Nova	Opção III	Oeste	Lagoa da Prata/ Sto Ant. Monte
6463487	Upa Santa Luzia	Juiz De Fora	Nova	Porte III	Sudeste	Juiz de Fora



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

6571573	Upa São Pedro	Juiz De Fora	Nova	Porte III	Sudeste	Juiz de Fora
7104804	UPA Norte	Juiz De Fora	Nova	Porte III	Sudeste	Juiz de Fora
314390	UPA 24h Dr. Fernando Rodrigues Lauriano	Muriaé	Nova	Opção V	Sudeste	Muriaé
4042751	UPA	Passos	Nova	Porte III	Sul	Passos
7548311	UPA Poços de Caldas	Poços de Caldas	Nova	Porte III	Sul	Poços de Caldas
7061773	UPA Francisco Correa de Carvalho	Varginha	Nova	Porte III	Sul	Varginha
2112140	UPA 24h	Lavras	Ampliada	Opção V	Sul	Lavras
133876	UPA Daisa de Paulo Simoes	Pouso Alegre	Nova	Opção V	Sul	Pouso Alegre
9325107	UPA	São Sebastião do Paraíso	Nova	Opção VII	Sul	São Sebastião do Paraíso
2146126	UPA de Araguari	Araguari	Nova	Opção V	Triângulo do Norte	Uberlândia/Araguari
7417659	Upa José Isabel do Nascimento	Ipatinga	Nova	Porte III	Vale do Aço	Ipatinga
9333754	UPA	Caratinga	Nova	Opção V	Vale do Aço	Caratinga
196347	UPA24h Dr. Walter Luiz Winter Maia	Coronel Fabriciano	Nova	Opção V	Vale do Aço	Coronel Fabriciano/ Timóteo
46701	UPA Geraldo Reis Ribeiro	Timóteo	Nova	Opção V	Vale do Aço	Coronel Fabriciano/ Timóteo



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº _____, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Ofício – Termo de Adesão

Timbre do Município

Ofício nº XXXXXXXXXXXX Cidade, dia, mês e ano

À Senhora:

Maciene Mendes da Silva

Coordenadora de Gestão de Custos – CCUSTOS/DESID/SE/MS Esplanada dos Ministérios, Bl. G,
Edif. Sede – 3º Andar

Brasília-DF – CEP 70058-900

Assunto: Adesão ao Programa Nacional de Gestão de Custos.

Senhora Coordenadora,

A Secretaria Municipal de Saúde de _____ (nome do município/UF), por meio de seu representante legal o Senhor Secretário de Saúde _____ (nome do secretário de saúde), vem manifestar seu interesse em aderir ao Programa Nacional de Gestão de Custo (PNGC).

A referida adesão visa declarar a participação ao PNGC vinculado ao Programa Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, e demonstrar compromisso em executar todas as etapas necessárias para implementação do referido Programa.

Para tanto, indico o/a Senhor (a) _____ (nome do responsável pela gestão do PNGC na secretaria de saúde), CPF _____, número de telefone _____, e-mail _____ como ponto focal do Programa na Secretaria que acompanhará toda a implantação do Programa na unidade.

Informo ainda, que no presente momento, a unidade de saúde participante será _____, CNPJ _____, tendo como técnico responsável pelo acompanhamento do programa na unidade o/a Senhor (a) _____, CPF _____.

±

OBS.: caso seja mais de uma unidade, informar todos os nomes e respectivos responsáveis.

MINUTA CIB



Por meio desta adesão, estou ciente e autorizo que o Ministério da Saúde disponibilize perfil de visualização do APURASUS à SES-MG em relação a (s) unidade (s) listada (s) acima.

Requisitos da Legislação Geral de Proteção de Dados Pessoais: É responsabilidade do município e das unidades de saúde implementar, cumprir e garantir políticas de boas práticas e padrões técnicos de coleta, armazenamento e descarte de dados; rotinas organizativas de controle de acesso, transmissão e compartilhamento, com vistas à proteção contra o uso indevido, a perda ou a divulgação não autorizada de dados, e aderindo integralmente, conforme seu papel jurídico (controlador ou operador) a todas as recomendações e determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 com redação dada pela Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019).

É responsabilidade do município e das unidades de saúde a obtenção dos termos de confidencialidade e deveres de sigilo e responsabilidade para todos dos usuários dos sistemas (Analistas de informação em Saúde e Gestores) que em razão de suas funções realizarem tratamento de dados ou tiverem acesso a dados pessoais de terceiros.

O Ministério da Saúde poderá incluir as informações geradas, de forma consolidada, na base de conhecimento de custos para avaliação das políticas públicas de saúde e qualificação da gestão do sistema de saúde, desde que os dados e informações não sejam disponibilizados, revelados ou venham a ser usados indevidamente ou sem autorização, de forma que permita a identificação deste ente e dos seus estabelecimentos de saúde.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, de fevereiro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Quadro 1 – Programa Nacional de Gestão de Custos: repasses, ações e indicadores para acompanhamento da implantação do programa

Etapas/ Períodos	Repasses financeiros	Ações a serem executadas no período	Indicador monitorado no período	Observações
Etapa 1 10/03/2023	Não se aplica	Assinatura e envio do Termo de Adesão ao PNGC ao Ministério da Saúde e a SES/MG	Não se aplica	O termo deve ser elaborado conforme modelo do Anexo II e enviado para os e-mails: pngc@saude.gov.br e upa@saude.mg.gov.br
Etapa 2 até 24/03/2023	1ª parcela R\$10.000,00	Após assinatura do Termo de Compromisso no SiG-RES	Não se aplica	
Etapa 3 Mar e Abr/2023	Não se aplica	Participação no Curso Aplicado de Gestão de Custos (online ou presencial - de acordo com a disponibilidade do MS)	Não se aplica	Os técnicos das UPAs e das secretarias municipais devem se inscrever em uma das turmas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. Obrigatório que a referência da SMS prevista no termo de adesão participe e indicação de pelo menos 2 (dois) técnicos da UPA. O técnico indicado deve ser

MINUTA CIB



MINUTA CIB

				aquele que fará o levantamento de informações contábeis e alimentará o sistema. A inscrição será gerenciada pela SES-MG.
Etapa 4 Mai/2023	Não se aplica	Definição de centros de custos e Oficina	Não se aplica	Os centros de custos devem ser definidos em planilha auxiliar disponibilizada pelo MS, ao final do Curso Aplicado, devendo ser enviada e concluídas a versão validada junto ao MS impreterivelmente até 30 dias após a data do Curso Aplicado de Gestão de Custos em Saúde, obedecendo as entregas intermediárias que serão definidas ao final do referido curso. Oficina para demonstrar como preencher os mapas de itens de custos e o mapa de relacionamento.



MINUTA CIB

Etapa 5 Junho/2023	Não se aplica	Levantamento de dados de item de custos, produção, critérios de rateio, etc. de pelo menos um mês.	Não se aplica	O levantamento de dados deve ser realizado utilizando planilha enviada pelo MS. O levantamento deverá ser iniciado imediatamente após definidos os centros de custo, devendo ser enviada a primeira versão em até 20 dias. Até 15 de junho ou 45 dias após o aval do MS para os CC, o que ocorrer primeiro deverá estar concluída esta etapa.
Etapa 6 Julho/2023	Não se aplica	Participação no Treinamento de Uso do APURASUS (online)	Não se aplica	Os treinamentos serão marcados pelo MS conforme as unidades forem concluindo a etapa anterior. O treinamento para este uso também poderá ser realizado com suporte em Manual do Sistema APURASUS.
Etapa 7 Agosto/2023	2ª parcela R\$ 10.000,00	Conclusão da apuração de custos de pelo menos um mês no sistema APURASUS	1º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	O monitoramento da geração do relatório será realizado no sistema APURASUS pela SES-MG, conforme condições do termo de



MINUTA CIB

				adesão. Na apuração será avaliado toda a conclusão da alimentação do mês de referência, incluindo a etapa de alocação recíproca.
Etapa 8 Janeiro/2024	3ª parcela R\$ 10.000,00	Alimentação contínua mensal do APURASUS – permissão de defasagem de até 3 meses	2º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	A unidade deve continuar alimentado o APURASUS como requisito ao recebimento das demais parcelas variáveis. O controle acontecerá a cada 4 meses. Vide descrição do indicador no anexo abaixo.
Etapa 9 Junho/2024	4ª parcela R\$ 10.000,00	Alimentação contínua mensal do APURASUS – até o 20º dia de cada mês para lançar os dados do mês anterior	3º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	A unidade deve continuar alimentado o APURASUS como requisito ao recebimento das demais parcelas variáveis. O controle acontecerá a cada 4 meses.



ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Quadro 2 – Síntese do acompanhamento de Indicadores para implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC nas UPAs 24h

Quadro 2.1 – Composição dos percentuais das parcelas referentes ao PNGC UPAs 24h

Parcela	Valor total da parcela	% Fixo	% Variável
1ª	R\$ 10.000,00	100%	-
2ª	R\$ 10.000,00	-	100%
3ª	R\$ 10.000,00	-	100%
4ª	R\$ 10.000,00	-	100%

Quadro 2.2 – Detalhamento das parcelas variáveis referentes ao PNGC UPAs 24h

Períodos	Entregas	Indicadores	Repasse
1º monitoramento (Dez/23)	Conclusão da implantação do PNGC (Etapas 1 a 7 do quadro 3)	1º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	33,33% do valor variável
2º monitoramento (Abr/23)	Etapas 8	2º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	33,33% do valor variável
3º monitoramento (Ago/23)	Etapa 9	3º Relatório de Custos gerado por meio do APURASUS	33,33% do valor variável



ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

Indicador de monitoramento

Indicador 1: Percentual de Relatórios de Custos extraídos do APURASUS no quadrimestre

Descrição: Relação entre o número de relatórios de custos mensais extraídos do sistema APURASUS por UPA 24h beneficiária e o período avaliado em meses. Objetiva demonstrar adesão ao processo de gestão de custos, bem como apresentar dados sobre os custos das UPA 24h.

Método de Cálculo:

$$\frac{\text{Número de relatórios de custos mensais}}{\text{nº de meses monitorados}} * 100$$

Periodicidade: quadrimestral, após implantação do PNGC

Polaridade: Maior melhor

Unidade de Medida: Percentual

Meta: 100%

Fonte: Sistema APURA SUS